



NOTA MENSAL de **CONJUNTURA**

Nº1 | JANEIRO | 2021

Cofinanciado por:





UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

Nota Mensal de Conjuntura

INDICADORES EM ANÁLISE

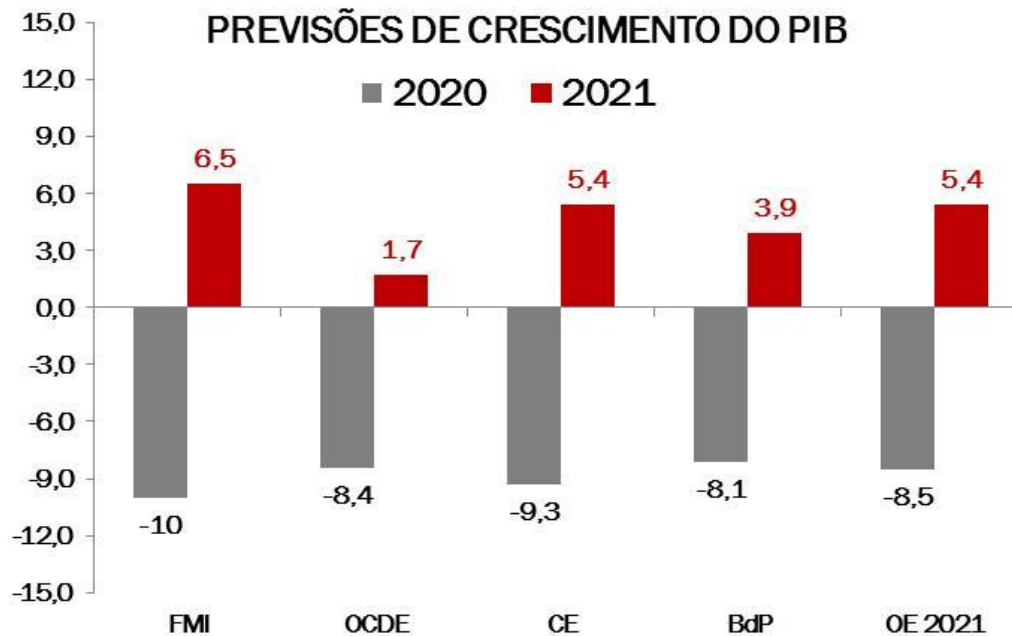
- 1. PREVISÕES PARA 2021**
 - 1) Produto Interno Bruto
 - 2) Taxa de Inflação
 - 3) Emprego
 - 4) Desemprego
- 2. TAXA DE INFLAÇÃO EM DEZEMBRO**
- 3. EMPREGO E DESEMPREGO EM DEZEMBRO**
 - 1) População Empregada
 - 2) População Desempregada
 - 3) Subutilização do trabalho
- 4. POPULAÇÃO DESEMPREGADA – INE E IEF**
- 5. DESEMPREGO REGISTADO EM DEZEMBRO**
- 6. SUBSIDIO DE DESEMPREGO**
- 7. RENDIMENTOS**

1. PREVISÕES PARA 2021

1. PRODUTO INTERNO BRUTO

Entre 2010 e 2019, o PIB português registou um crescimento médio de 0,8%, atingindo um pico de 3,5% em 2017. A partir deste ano, registou-se um abrandamento no crescimento da economia portuguesa.

- Devido à pandemia COVID19, prevê-se uma quebra acentuada do PIB em 2020, estimando-se uma recuperação da economia em 2021, entre 1,7% e 6,5%.



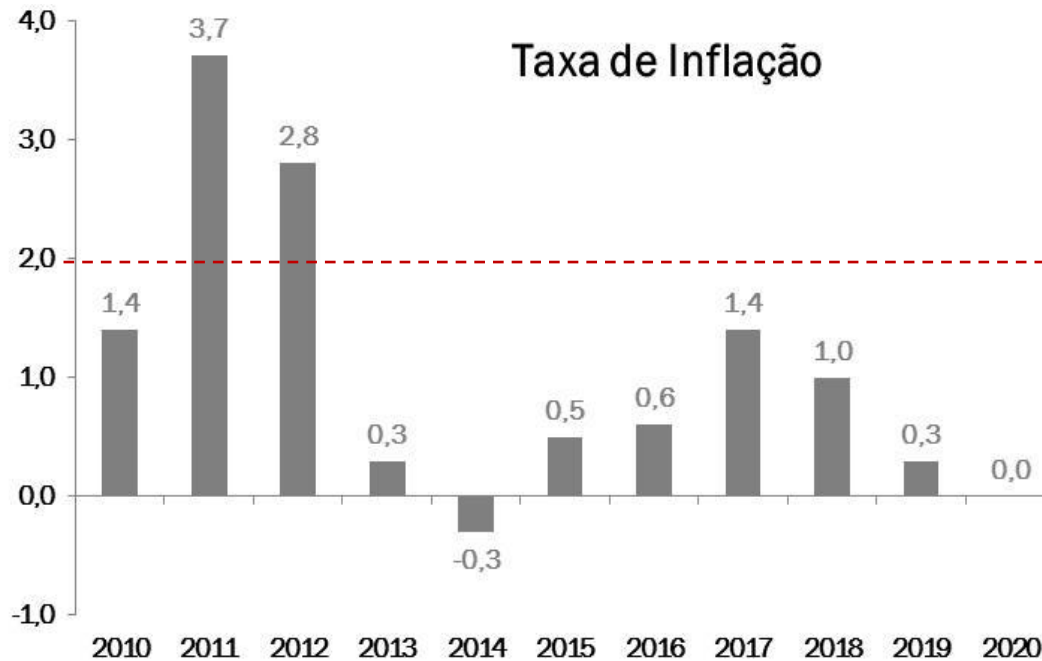
Fontes:

- INE (entre 2010 e 2019);
- FMI: World Economic Outlook (13/10/2020);
- OCDE: Economic Outlook, 01/12/2020;
- CE: European Economic Forecast Autumn 2020, 05/11/2020 ;
- BdP: Boletim Económico de Dezembro, 14/12/2020;
- Ministério das Finanças: OE 2021 -13/10/2020



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

2. TAXA DE INFLAÇÃO



Entre 2010 e 2020, os preços em Portugal registaram um crescimento médio de 1,1%, valor abaixo do valor de referência do BCE para a estabilidade dos preços na Zona Euro (2%).

De acordo com o BCE, este valor de referência convém ficar abaixo, mas próximo, de 2% no médio prazo, o que não se tem verificado em Portugal nos últimos anos.

Para 2021, as principais previsões estimam um aumento (média de 0,6%) ligeiro do nível dos preços em Portugal, podendo mesmo registar-se uma quebra de 0,2%.

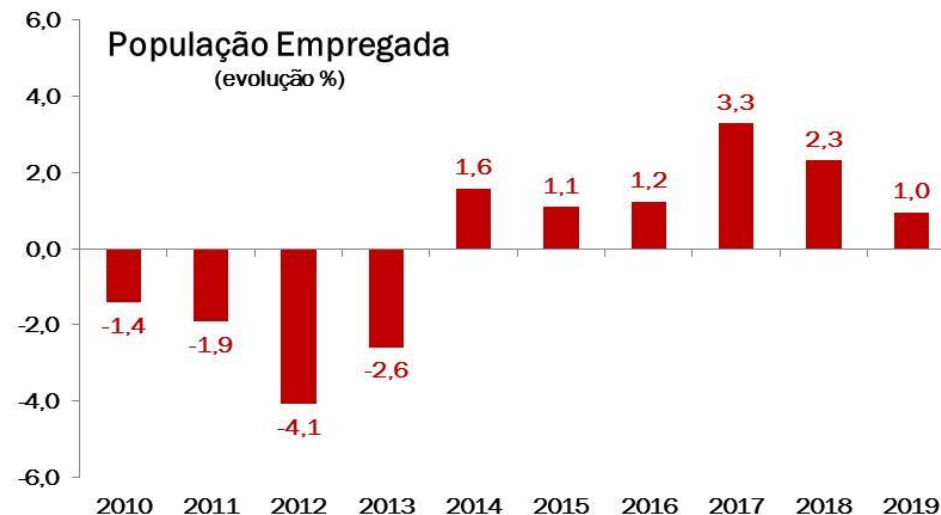
Fontes:

- INE (entre 2010 e 2020);
- FMI: World Economic Outlook (13/10/2020);
- OCDE: Economic Outlook, 01/12/2020;
- CE: European Economic Forecast Autumn 2020, 05/11/2020 ;
- BdP: Boletim Económico de Dezembro, 14/12/2020;
- OE 2021: Ministério das Finanças; 13/10/2020

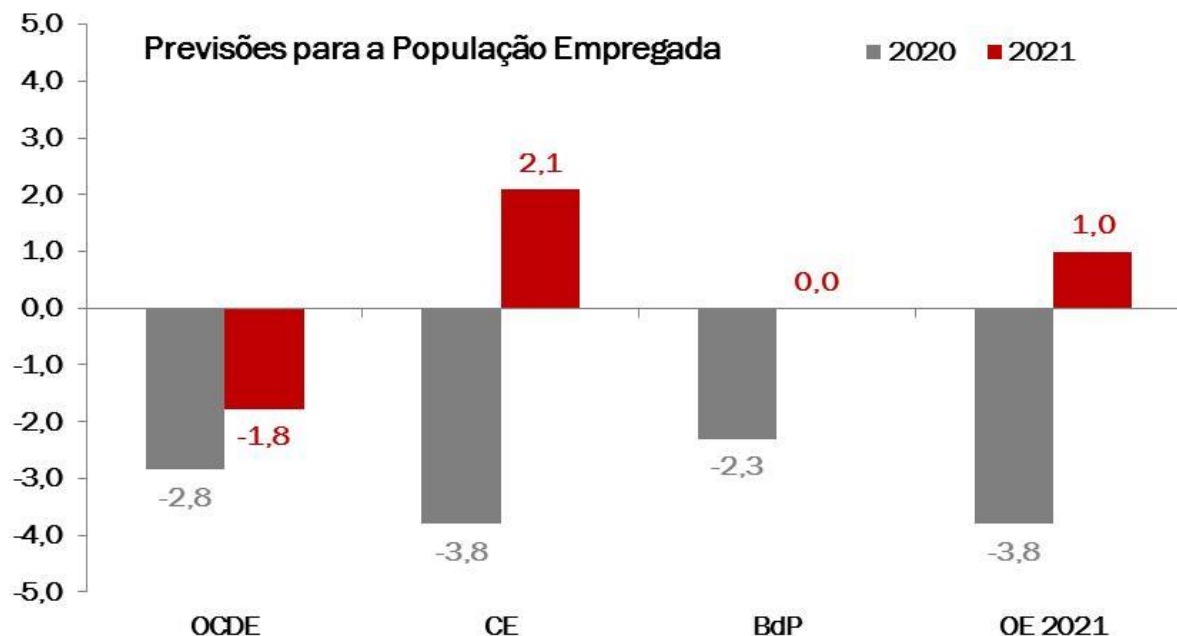
2. EMPREGO

Entre 2010 e 2013, Portugal assistiu a uma forte quebra da população empregada (-10%), fruto da crise financeira internacional, traduzindo-se numa perda de 624,7 mil postos de trabalho durante este período.

A partir de 2014, assistiu-se a uma recuperação gradual do emprego, mas longe dos valores pré crise. Recuperaram-se 483,7 mil postos de trabalho entre 2014 e 2019.



➤ Para 2020, todas as previsões apontam para uma forte quebra do emprego (-3,2%, em média), devido à pandemia COVID19. Com exceção da OCDE, todos os organismos nacionais e internacionais estimam uma recuperação do emprego em 2021.



Fontes:

- INE (entre 2010 e 2019);
- FMI: World Economic Outlook (13/10/2020);
- OCDE: Economic Outlook, 01/12/2020;
- CE: European Economic Forecast Autumn 2020, 05/11/2020 ;
- BdP: Boletim Económico de Dezembro, 14/12/2020;
- OE 2021: Ministério das Finanças;, 13/10/2020

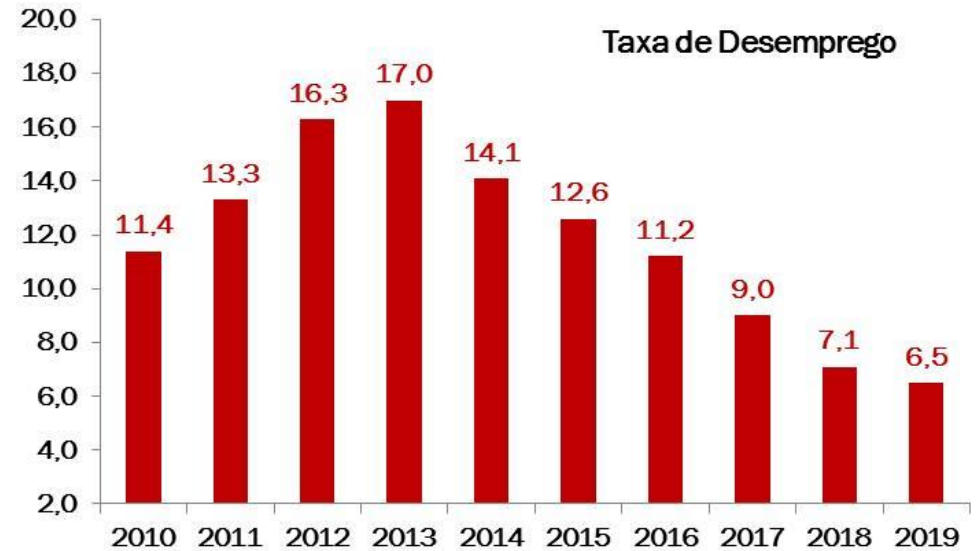
2. DESEMPREGO

Devido à crise financeira, entre 2010 e 2013, o desemprego em Portugal registou subidas consecutivas e acentuadas, atingindo uma taxa de desemprego de 17% em 2013, o valor mais elevado de toda a série temporal.

A partir de 2014, o desemprego começa a descer progressivamente, atingindo o valor mais baixo em 2019: 6,5%.

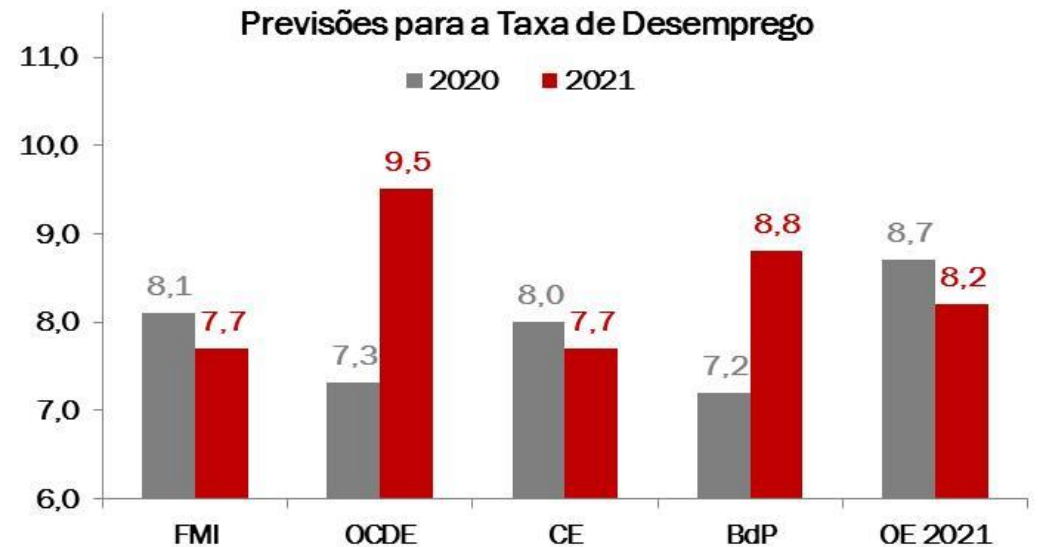
Não fosse o surgimento da pandemia COVID19, a evolução do desemprego em Portugal dava sinais bastante positivos.

- Para 2020, todas as previsões apontam para uma subida da taxa de desemprego devido à pandemia COVID19, em torno de 8%, enquanto que para 2021, existem previsões contraditórias: a OCDE e o BdP prevêem uma continuação da subida do desemprego e os restantes organismos estimam uma descida.



Fontes:

- INE (entre 2010 e 2020);
- FMI: World Economic Outlook (13/10/2020);
- OCDE: Economic Outlook, 01/12/2020;
- CE: European Economic Forecast Autumn 2020, 05/11/2020 ;
- BdP: Boletim Económico de Dezembro, 14/12/2020;
- OE 2021: Ministério das Finanças., 13/10/2020





UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

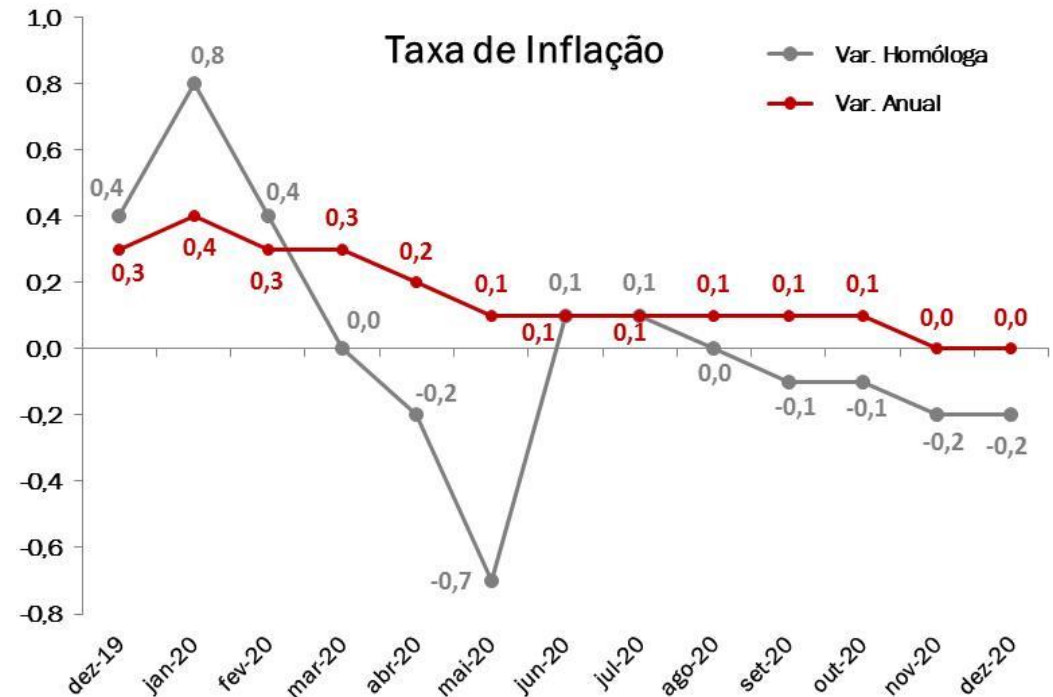
2. TAXA DE INFLAÇÃO EM 2020

Ao longo de 2020, a taxa de variação anual do Índice de preços no consumidor (que serve de referencial na negociação das tabelas salariais em sede de contratação colectiva) manteve-se em níveis bastante baixos, terminando o ano com valor nulo, depois de uma taxa de 0,3 % registada em 2019.

A taxa de variação homóloga do IPC registou uma forte queda entre Abril e Maio (-0,5 p.p.) coincidentes com o confinamento imposto pela pandemia COVID19. Após uma ligeira recuperação nos meses de Junho e Julho, a variação homóloga voltou a situar-se em valores negativos e assim se manteve no resto do ano de 2020.

Para este comportamento da taxa de inflação, contribuíram os preços da classe dos **Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas**, que foram **umentando**, com a evolução da pandemia, atingindo um pico em Abril de 2020. A variação média nesta classe passou de 0,3% em 2019 para 2,1% em 2020.

Em oposição, na classe dos **Transportes**, houve uma forte **redução de preços** até Maio de 2020, determinada em grande medida pela evolução do preço dos combustíveis mas também pela gratuidade de alguns serviços de transportes públicos na sequência da pandemia. Em termos médios anuais, os preços desta classe apresentaram uma diminuição de 2,1% em 2020,.



Fonte: INE



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

3. EMPREGO E DESEMPREGO EM DEZEMBRO

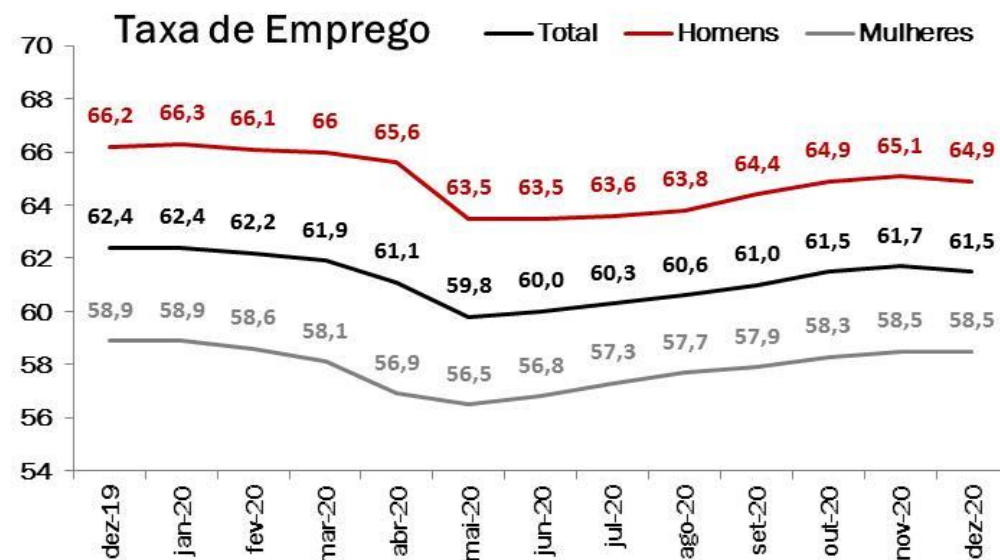
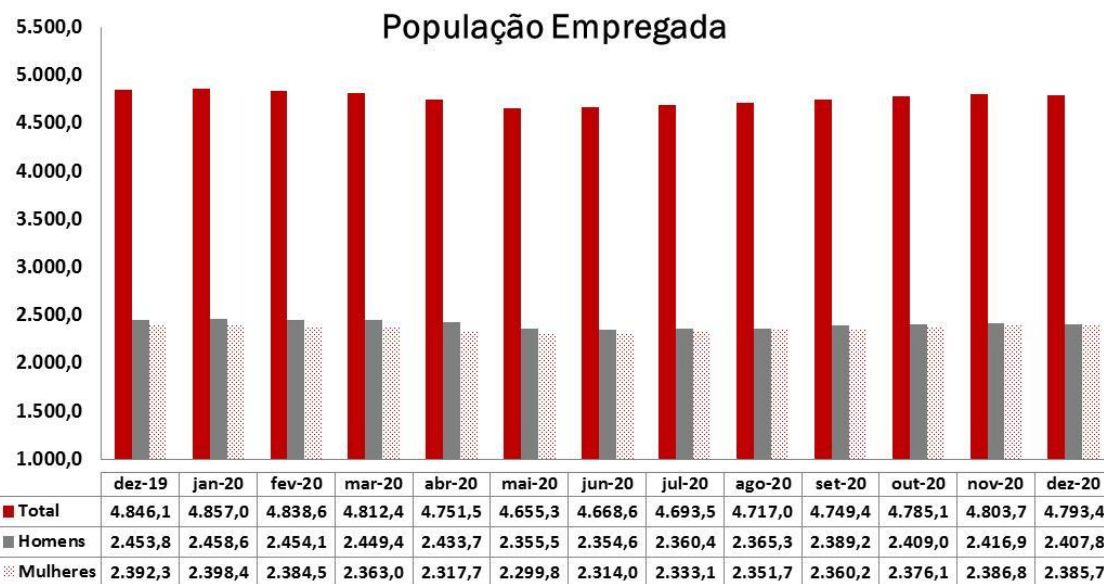
1. POPULAÇÃO EMPREGADA

Em Dezembro de 2020, a estimativa provisória da população empregada, que correspondeu a 4.93,4 mil pessoas, registou uma diminuição de 0,2%, (-10,3 mil) em relação ao mês anterior e de 1,1% (-52,7 mil) relativamente a um ano antes.

Esta diminuição da população empregada ficou a dever-se sobretudo aos homens, que registaram uma diminuição de 1,9% (-46 mil) face ao mesmo período do ano passado.

A maior quebra de emprego foi registada no grupo etário dos 15 aos 24 anos, o qual registou uma diminuição de 61.4 mil postos de trabalho (-20,3%), face a Dezembro de 2019.

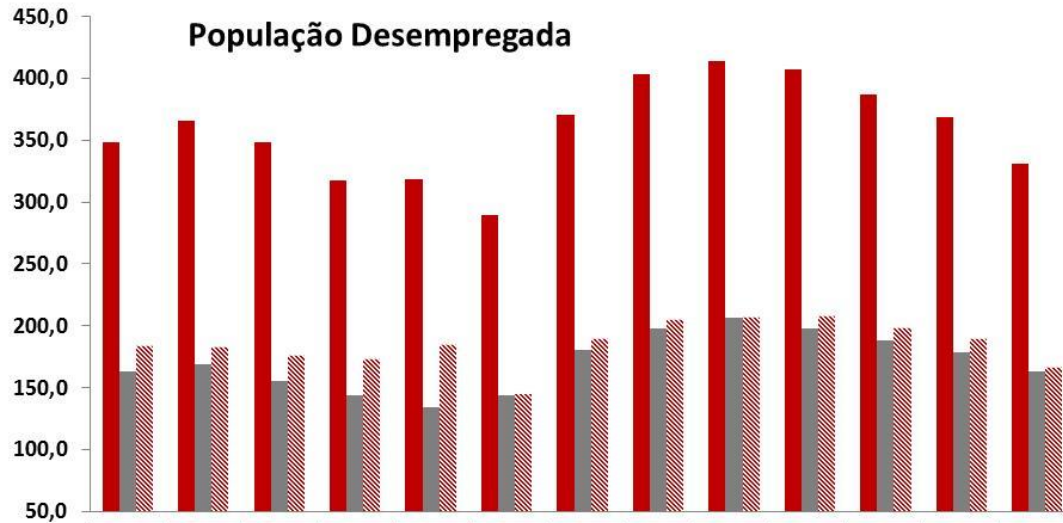
A taxa de emprego situou-se em 61,5%, valor inferior em 0,2 p.p. ao do mês anterior e em 0,9 p.p. ao do período homólogo de 2019.



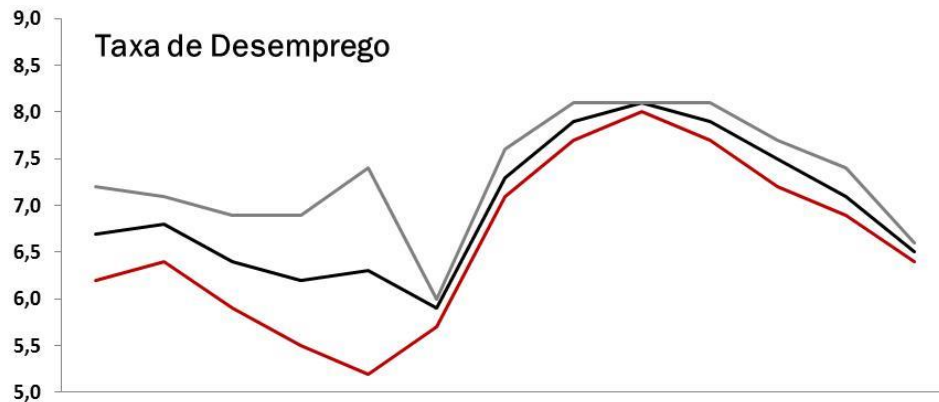


UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

2. POPULAÇÃO DESEMPREGADA



	dez-19	jan-20	fev-20	mar-20	abr-20	mai-20	jun-20	jul-20	ago-20	set-20	out-20	nov-20	dez-20
Total	347,8	366,0	348,1	317,2	318,8	289,6	370,3	403,7	414,1	407,1	387,0	368,9	331,1
Homens	163,4	168,5	154,9	143,4	133,6	143,7	180,0	197,8	206,0	198,2	187,8	178,7	163,5
Mulheres	184,4	183,5	176,7	173,8	185,2	145,9	190,3	205,9	208,2	208,9	199,2	190,2	167,6



	dez-19	jan-20	fev-20	mar-20	abr-20	mai-20	jun-20	jul-20	ago-20	set-20	out-20	nov-20	dez-20
Total	6,7	6,8	6,4	6,2	6,3	5,9	7,3	7,9	8,1	7,9	7,5	7,1	6,5
Homens	6,2	6,4	5,9	5,5	5,2	5,7	7,1	7,7	8,0	7,7	7,2	6,9	6,4
Mulheres	7,2	7,1	6,9	6,9	7,4	6,0	7,6	8,1	8,1	8,1	7,7	7,4	6,6

Em Dezembro de 2020, a população desempregada – cuja estimativa provisória foi 331,1 mil pessoas – diminuiu 10,2% (-37,8 mil) em relação ao mês anterior e 4,8% (-16,7 mil) por comparação com o período homólogo de 2019.

Esta diminuição da população desempregada ficou a dever-se sobretudo às mulheres, que registaram uma diminuição de 9,1% (-16,8 mil) face ao mesmo período do ano passado.

A estimativa provisória da taxa de desemprego de Dezembro de 2020 foi 6,5%, valor inferior em 0,6 p.p. à do mês precedente e em 0,2 p.p. à de Dezembro de 2019.

A taxa de desemprego dos jovens foi estimada em 22,5%, a que corresponde um decréscimo de 0,9 p.p. relativamente à taxa de Novembro de 2020. Entre Dez-19 e Dez-20 a taxa de desemprego jovem atingiu o valor mais baixo em Março de 2020, com o valor de 18,3%.

Fonte: INE

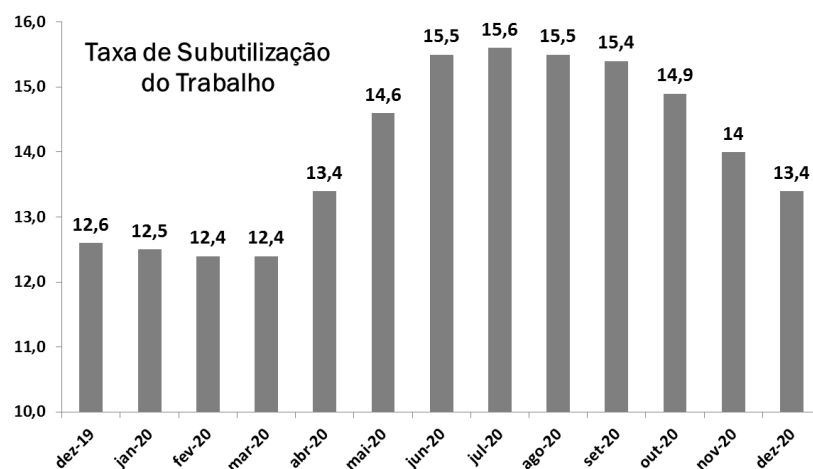
3. SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO

A subutilização do trabalho (que inclui a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inactivos à procura de emprego mas não disponíveis para trabalhar e os inactivos disponíveis mas que não procuram emprego), em Dezembro de 2020, situou-se em 717,7 mil pessoas, o que correspondeu a uma diminuição de 5,1% (-38,2 mil) em relação à estimativa de Novembro de 2020 e a um acréscimo de 6,2% (+41,7 mil) por comparação com o valor de Dezembro de 2019.

A população desempregada é o indicador com maior peso (46,1%) no total da subutilização do trabalho, seguido dos inactivos disponíveis mas que não procuram emprego (29,1%), os quais registaram a única e maior subida de todos os indicadores, relativamente a Dezembro de 2019 (+42,7%; +62,4mil).

Valores ajustados de sazonalidade

	dez-19	jan-20	fev-20	mar-20	abr-20	mai-20	jun-20	jul-20	ago-20	set-19	out-19	nov-19	dez-20 (p)			
	Milhares de pessoas												Milhares de pessoas	Em % do Total	Var. Hom. Anual	
															Nº	(%)
Subutilização do trabalho (15 a 74 anos)	676,0	669,6	665,1	663,6	713,8	772,1	828,8	836,3	832,4	828,9	803,8	755,9	717,7	100,0%	41,7	6,2%
População desempregada	347,8	352,0	331,6	317,2	318,8	289,6	370,3	403,7	414,1	407,1	387,0	368,9	331,1	46,1%	-16,7	-4,8%
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	156,7	149,9	149,3	144,1	136,9	133,0	150,9	169,8	174,8	181,1	176,0	160,8	153,4	21,4%	-3,3	-2,1%
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	25,3	24,5	21,6	19,7	23,0	23,3	21,6	15,6	17,9	21,8	23,5	22,5	24,6	3,4%	-0,7	-2,8%
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	146,2	143,1	162,7	182,6	235,1	326,3	286,1	247,1	225,6	218,9	217,4	203,8	208,6	29,1%	62,4	42,7%



A taxa de subutilização do trabalho tem vindo a diminuir desde Agosto de 2020, depois de ter atingido um pico de 15,6% no mês de Julho.

Em Dezembro de 2020, esta taxa foi 13,4%, tendo diminuído 0,6 p.p. em relação ao mês anterior e aumentado 0,8 p.p. por comparação com o mês homólogo de 2019.

Fonte: INE

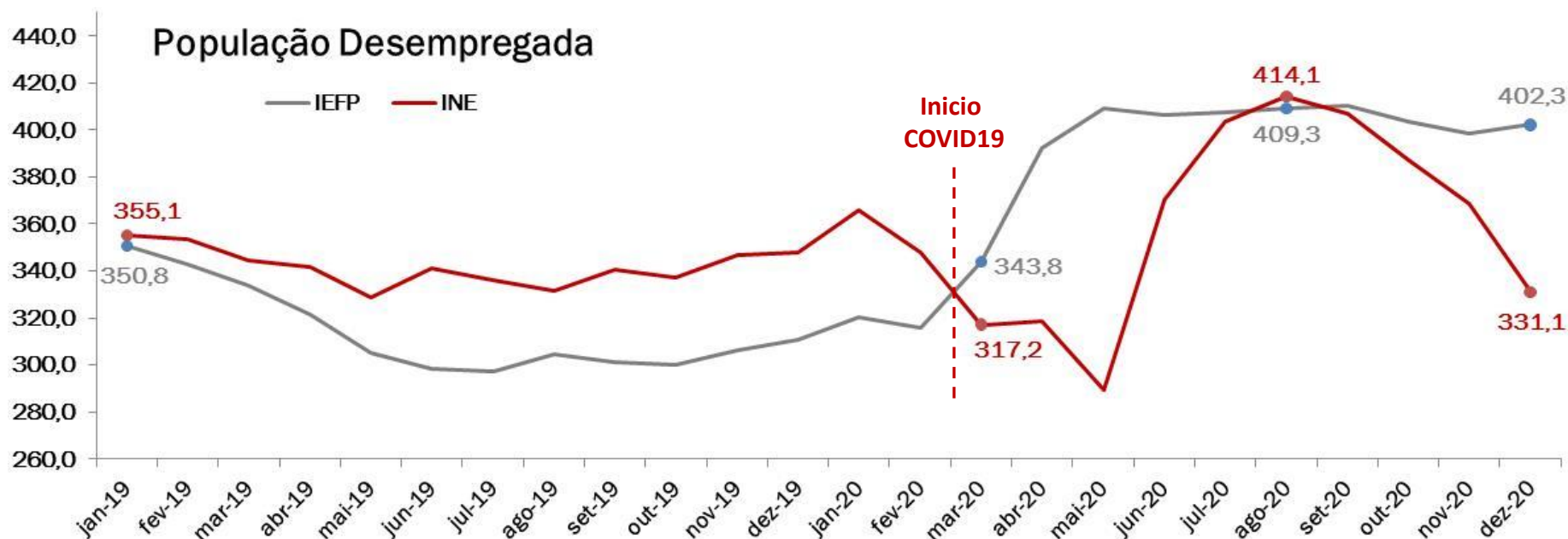


UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

4. POPULAÇÃO DESEMPREGADA - INE e IEFP

INE: Um dos impactos da pandemia COVID-19, prende-se com a classificação das pessoas segundo a Condição Perante o Trabalho. De facto, pessoas anteriormente classificadas como desempregadas e pessoas que efectivamente perderam o seu emprego devido à pandemia COVID-19, e que em circunstâncias normais seriam classificadas como desempregadas, podem agora ser classificadas como inactivas, devido às restrições à mobilidade, à redução ou mesmo interrupção dos canais normais de informação sobre ofertas de trabalho em consequência do encerramento parcial ou mesmo total de uma proporção muito significativa de empresas, razões pelas quais não fizeram uma procura activa de emprego (condição essencial para a sua classificação enquanto desempregadas). Também a não disponibilidade para começar a trabalhar na semana de referência ou nos 15 dias seguintes, caso tivessem encontrado um emprego, por terem de cuidar de filhos ou dependentes ou por terem adoecido em consequência da pandemia, leva à inclusão na população inactiva.

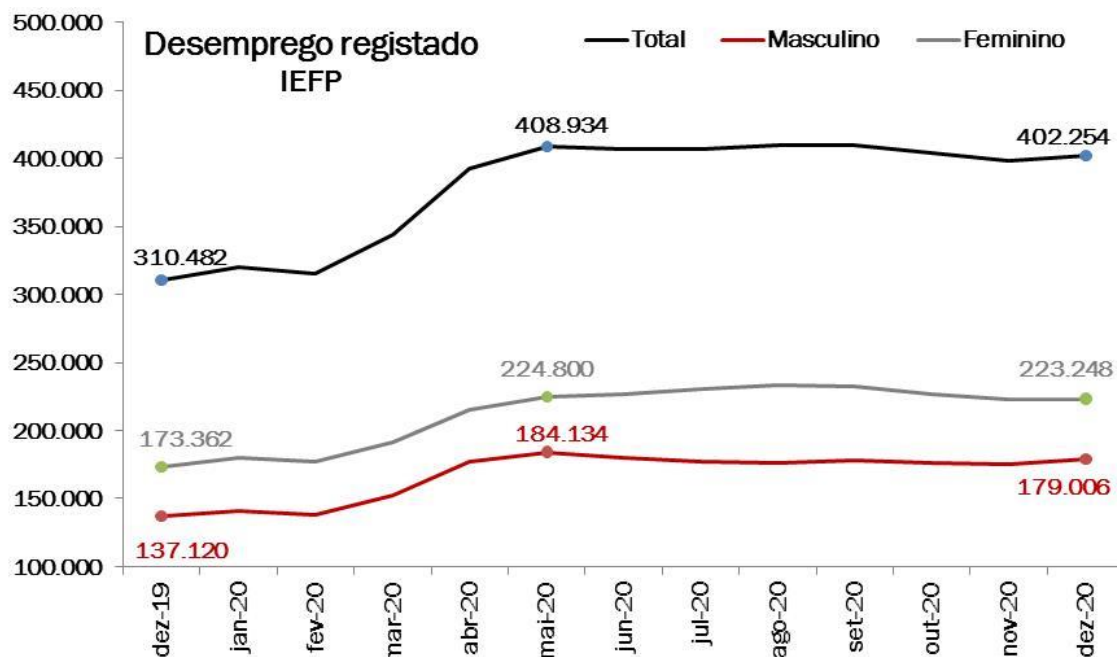
IEFP: considera desempregado inscrito nos centros de emprego quem não têm um emprego, estão imediatamente disponíveis para trabalhar e têm capacidade para o trabalho.



5. DESEMPREGO REGISTRADO EM DEZEMBRO

No final do mês de Dezembro de 2020, estavam inscritos nos Centros de Emprego 402.254 indivíduos, o que corresponde a uma variação homóloga de 29,6% (91.772 pessoas) e a uma variação mensal de 1,0% (3.967 pessoas). Para o aumento do desemprego registado, face ao mês homólogo de 2019, contribuíram todos os grupos de desempregados, com destaque para:

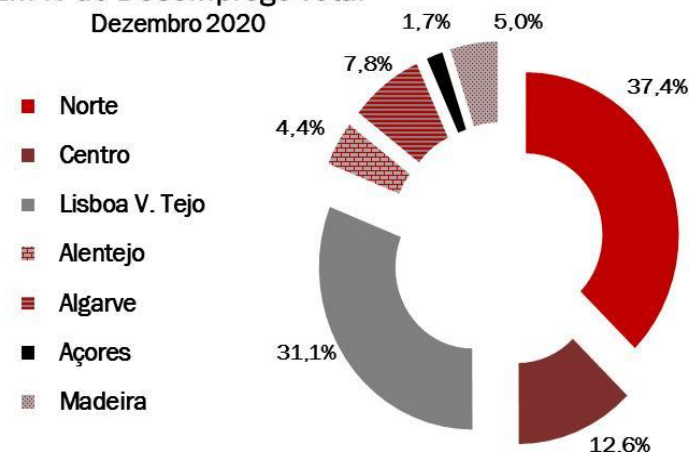
- os homens (+ 30,5%; + 41.886), apesar das mulheres continuarem a representar a maioria dos desempregados inscritos (55,5%)
- os inscritos há menos de um ano (+38,4%; +32.018)
- os que procuravam novo emprego (+30,8%; +86.782)
- os que possuem como habilitação escolar o secundário (+44,4%; +39.082)



A nível regional, no mês de Dezembro de 2020, o desemprego registado aumentou em todas as regiões do País. Dos aumentos homólogos, o mais acentuado registou-se na região do Algarve (+60,8%), seguido de Lisboa e Vale do Tejo (+41,1%) e da região da Madeira (+31,3%) – principais destinos turísticos.

A região Norte e a região de Lisboa são as que detêm o maior número de desempregados inscritos nos centros de emprego (68,5%).

Em % do Desemprego Total
Dezembro 2020



Fonte: IIEFP

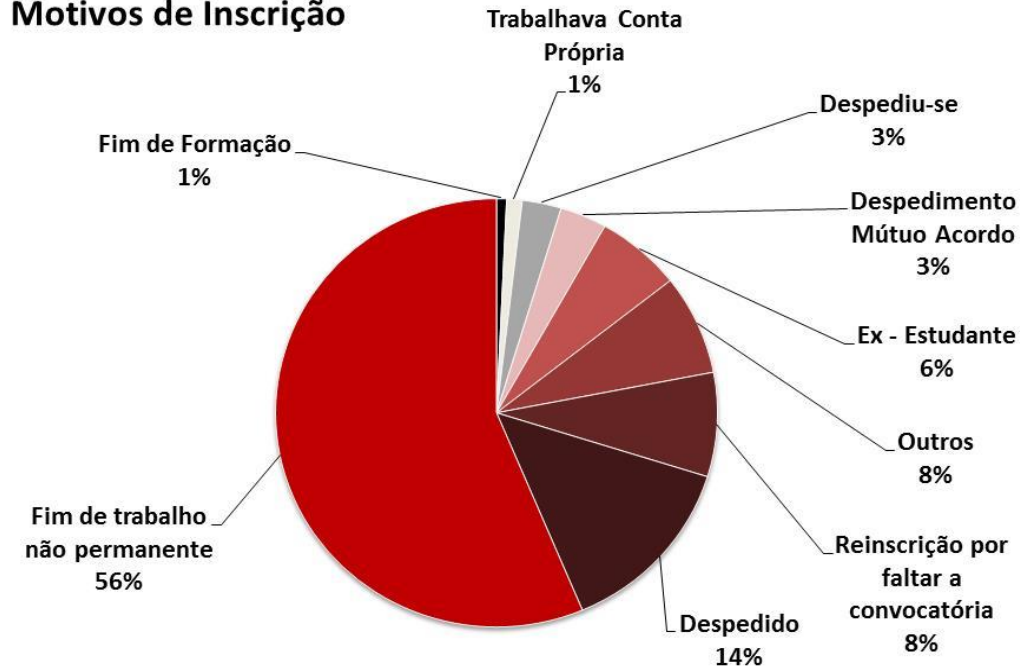
Motivos de inscrição ao longo do mês

Ao longo do mês de Dezembro, o principal motivo de inscrição nos centros de emprego foi o *fim do trabalho não permanente* (56,4%).

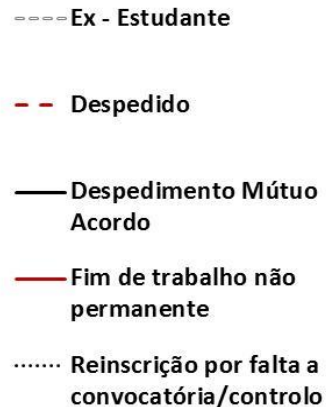
No entanto, o motivo *Despedido*, foi a razão que registou o maior aumento, face ao mesmo mês do ano anterior (+33%; 1.509).

Ambos os motivos atingiram um pico no mês de Abril, com o início do 1º estado de emergência, que ditou o encerramento temporário de várias empresas.

Motivos de Inscrição



Motivos de Inscrição



Fonte: IEFP



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

6. SUBSIDIO DE DESEMPREGO

A partir de Abril de 2020, o número de beneficiários do subsidio de desemprego começou a aumentar, à semelhança da população desempregada.

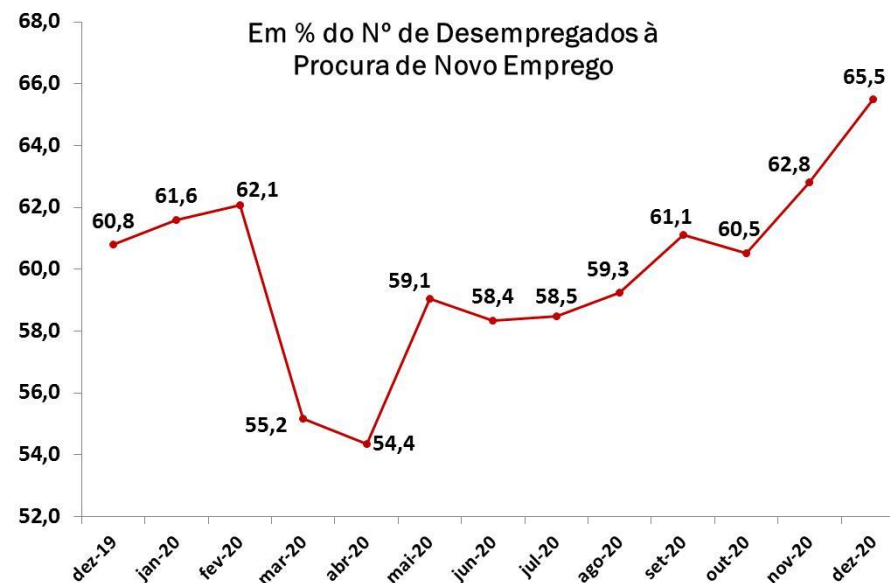
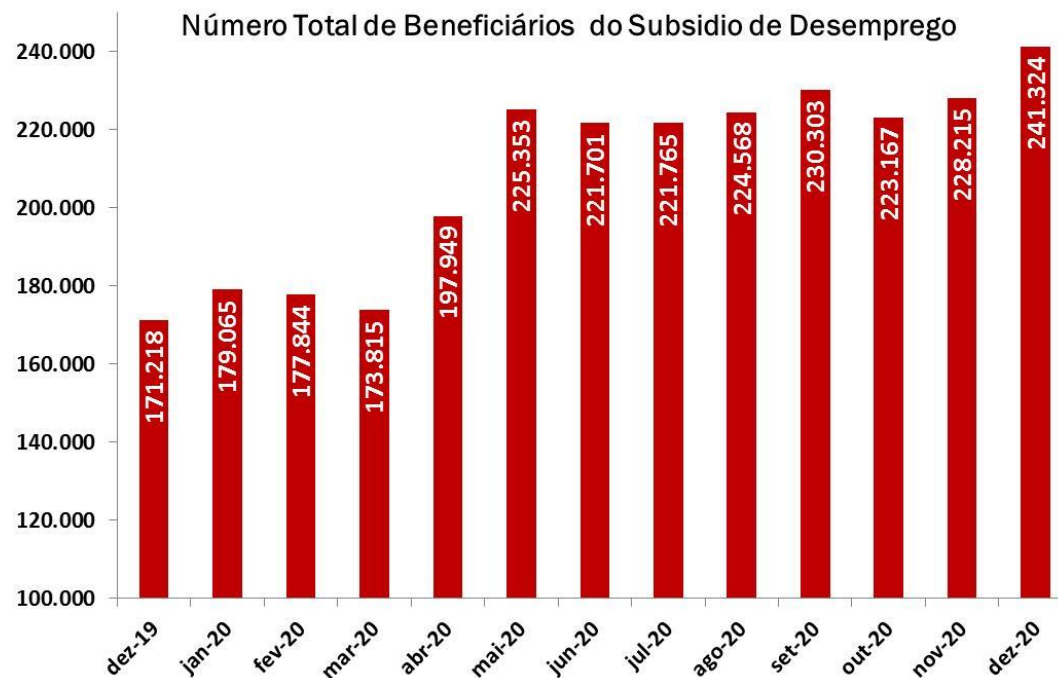
Entre Abril e Dezembro de 2020, os beneficiários desta prestação social aumentaram, em média, 36,7%, que se traduziram em mais 60 mil beneficiários, por mês.

Em Dezembro de 2020 registaram-se 241.324 prestações de desemprego, revelando um acréscimo de 5,7% (+13.109) face ao mês anterior e de 40,3% (+ 70.106) em relação a Dezembro de 2019.

Apesar do número de beneficiários com subsidio de desemprego ter vindo a aumentar, existe ainda uma percentagem significativa de desempregados que não têm acesso a esta prestação social.

Em Dezembro, 160.930 (34,5%) desempregados não tinham acesso ao subsidio de desemprego, agravando as situações de pobreza e exclusão social.

Fontes: Segurança Social e IEFP





UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

7. RENDIMENTOS

1. RMMG

O Dec. Lei nº 109-A/2020 de 31 de Dezembro, fixou o novo valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2021.

O valor foi fixado nos **665€**, mais 30€ que no ano anterior e corresponde a um aumento de 4,73%.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma recuperação dos salários mais baixos, com o objectivo de em 2023, a RMMG atingir os 750€.

2. PENSÕES

Em 2021, só as pensões até aos **658,2€** vão subir, através de um **aumento extraordinário de 10€**, previsto no Orçamento do Estado para 2021.

3. INDEXANTE DE APOIOS SOCIAIS

O IAS é um referencial, criado em 2006, que veio substituir o salário mínimo como referência para cálculo de várias prestações sociais – RSI, Subsídio de Desemprego, Subsídio de doença, Pensões, entre outras. Em 2021, o valor do IAS é de **438,81€**, mantendo-se igual ao do ano anterior.

